



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ANDREIA MARIA DE BRITO LEAL**

**MOSAICO DE PODERES: AS IDENTIDADES DOS AFRO-BRASILEIROS NA  
IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO NA FREGUESIA DE  
CAMPINA GRANDE.**

**(1846-1874)**

**CAMPINA GRANDE- PB**

**2012**

ANDREIA MARIA DE BRITO LEAL

**MOSAICO DE PODERES: AS IDENTIDADES DOS AFRO-BRASILEIROS NA  
IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA FREGUESIA DE  
CAMPINA GRANDE.**

**(1846-1874)**

Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura Plena em História apresentado a Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento a exigência para a obtenção do grau de graduado.

Orientador: José Pereira de Sousa Junior

CAMPINA GRANDE- PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

L436m Leal, Andréia Maria de Brito.

Mosaico de poderes [manuscrito] : as identidades dos afro-brasileiros na irmandade de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Campina Grande (1846- 1874) / Andréia Maria de Brito Leal. – 2012.

23 f.: il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Prof. Me. José Pereira de Sousa Junior, Departamento de História”.

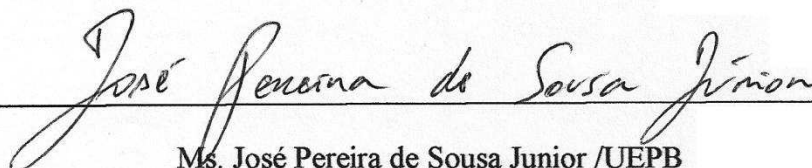
1. História. 2. Negro. 3. Religião - Catolicismo. I. Título.

21. ed. CDD 909.04

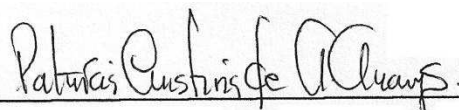
**MOSAICO DE PODERES: AS IDENTIDADES DOS AFRO-BRASILEIROS NA  
IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO DA FREGUESIA DE  
CAMPINA GRANDE.**

**(1846-1874)**

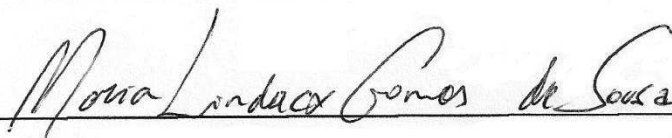
**BANCA EXAMINADORA**



Ms. José Pereira de Sousa Junior /UEPB  
Orientador



Dra. Patrícia Cristina de Aragão



Dra. Maria Lindacy Gomes de Sousa

# **MOSAICO DE PODERES: AS IDENTIDADES DOS AFRO-BRASILEIROS NA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA FREGUESIA DE CAMPINA GRANDE.**

**(1846-1874)**

## **RESUMO**

Quando foram raptados pelos europeus e, posteriormente, trazidos em navios negreiros rumo as Américas, os africanos, tiveram não só sua liberdade física negada, mas, também, as suas praticas culturais, sob o pretexto discursivo da necessidade de civilizá-lós. Neste arbitrário jogo de poder, o Estado e a Igreja Católica, se empenhavam em impor formas de manipulação, uma das mais eficazes e utilizadas, foi converte-lhes ao catolicismo. Submersos nesta sociedade controladora e castigadora, os afrodescendentes constituíram suas identidades, onde recriaram símbolos, signos e praticas que eram provenientes da cultura dominante, dando-lhes novos sentidos. Diante disso, o presente trabalho visa discutir como as identidades dos afrodescendentes foram sendo (re) construídas na irmandade de Nossa Senhora do Rosário ao longo do século XIX. Nosso percurso metodológico é estruturado com base na Historia Cultural, uma vez que nos permitiu compreender como os irmãos se apropriaram de novos valores e, a partir de então, recriaram suas antigas praticas culturais. Quanto aos resultados a que se chegou o estudo, percebeu-se que a coexistência de táticas e estratégias, contribuiu para a formação de uma nova cultura entre os afrodescendentes e, conseqüentemente, uma nova identidade, que não era “nem branca e nem preta”, pois estava repleta por elementos que tomaram uma nova roupagem distinta de sua cultura originária.

Palavras-Chave: Irmandades Religiosas. Identidades. Catolicismo. Camadas Dominantes.

## **1 - INTRODUÇÃO**

Ao longo do processo de construção da sociedade brasileira, foi se formando um conjunto populacional caracterizado pela pluralidade étnica, onde coabitaram três povos distintos: os portugueses, os índios e os negros. Neste sentido, constituiu-se um mosaico de culturas, onde vários elementos, oriundos de culturas diferenciadas, se interconectaram e, então, formaram novas concepções de mundo. Assim, foram se compondo as Identidades, que no dizer de FERREIRA (2000) trata-se da forma dos

indivíduos se reconhecerem e serem reconhecidos, daquilo que passa a fazer parte do que acreditam ser de sua natureza.

Com base nesta premissa, buscaremos compreender o processo de (re) construção das identidades dos afro-brasileiros na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Campina Grande, ao longo do século XIX. Juntamente a este objetivo geral, tentaremos elucidar dois outros específicos: 1) Analisar como se davam as disputas no interior das irmandades entre os próprios irmãos, para alcançar um cargo de poder e assim conseguir certa liberdade ante a sociedade escravocrata. 2) Perceber as astúcias usadas pelos irmãos para conseguir burlar o controle estatal e eclesiástico.

Ao pensar num acontecimento passado, como um fato que está inserido num tempo e espaço específicos, é necessário mencionar que o nosso recorte temporal, contempla os anos de 1846 a 1874. Escolha Esta, justificada, haja vista que, o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi lavrado em 1846, e a cisão entre a Igreja Católica e o Estado ocorreu oficialmente em 1874.

Visando compreender a funcionalidade da estrutura das irmandades religiosas no processo de (re) construção das identidades dos afrobrasileiros, faremos uso da Historia Cultural como abordagem teórica escolhida, uma vez que nos permite pensar os caminhos que foram utilizados pelos irmãos para montar um arsenal de estratégias para burlar a estrutura vigente e, então, reelaborar uma gama de praticas religiosas oriundas da Igreja Católica.

Na perspectiva de chartier (1990), a Historia Cultural: [...] trata-se de identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler (...) (CHARTIER, 1990, p. 45).

Sendo assim, tentaremos refletir a partir da Historia cultural, como os afrodescentes recriaram o universo simbólico que fazia parte de sua cultura nativa, para dá sentido a nova realidade opressiva que se fazia presente cotidianamente.

(...) É no curso de suas relações sociais (atividade interpessoal) que os indivíduos produzem, se apropriam (de) e transformam as diferentes atividades práticas e simbólicas em circulação na sociedade em que vivem, e a internalizam como modos de ação/elaboração “próprios” (atividade intrapessoal), constituindo-se como sujeitos. Nesse processo de individualização pelo outro, o sujeito reconstrói internamente os modos de ação externos compartilhados (...). (FONTANA, 2005, p.11).

Nesta perspectiva, nossa análise partirá da ideia de que os escravos não foram nem vítimas e nem heróis, pois negociaram e impuseram pela força, quando preciso, o respeito à sua dignidade, ou seja, ainda que submetidos as correntes da escravidão não se deixavam dominar por completo, lutavam por melhor sobreviver e por burlar o sistema escravocrata estabelecido.

Uma das formas que os irmãos encontraram para burlar a conjectura social estabelecida, estava expressa nos compromissos das suas respectivas irmandades. Neles, havia uma série de pressupostos necessários para um indivíduo se tornar irmão e os estatutos de funcionamento. No compromisso há, conforme as palavras de Scarano (1978): “lei que estabelece os estatutos da organização, que deve ser conhecida e seguida por todos os membros que antes da admissão prestam juramento” (SCARANO, 1978, p.29).

Apesar de terem dado suporte legal e funcional para as irmandades religiosas, os compromissos, serviram, apenas, para legalizar sua existência perante o Estado e a Igreja Católica. Desta forma, a elaboração do compromisso vem legalizar algo que já sobrevivia na clandestinidade, motivo pelo espírito associativo que impulsionava os irmãos.

Sendo assim, enquanto base de sustentação para nossa pesquisa, utilizaremos a análise do compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, lavrado em 12 de junho de 1846. Agregado a isso, faremos uso de autores que tratam da temática, tais como: Alisson Eugenio, Julita Scarano, Mello e Sousa, Regina Célia Lima Xavier etc.

Uma vez que partiremos da premissa que a identidade é algo construído a partir das relações sociais que são estabelecidas num dado contexto temporal e espacial, onde são elaborados signos culturais próprios que podem ser resignificados constantemente, utilizaremos como método de análise à dialética, pois:

O que a dialética faz de diferente é captar as estruturas da dinâmica social, e não dá estática. Não é, pois, um instrumental de resfriamento da história, tornando-a mera repetição estanque de esquemas rígidos e já conhecendo conteúdos variados e novos, mas um instrumental que exalte o dinamismo dos conteúdos novos, mesmo que reconheça não haver o novo total. (DEMO, 1995, p. 91)

Então: “(...) a alma da dialética é o conceito de antítese, quer dizer que toda a realidade social gera, por dinâmica interna própria, seu contrário, ou as condições

objetivas e subjetivas para sua superação”. (Ibidem, p.86). Desta maneira, tentaremos compreender a relação estabelecida entre a cor da pele dos afrodescendentes (condição objetiva) com o lugar social que lhe foi atribuído pelo Estado e pela Igreja Católica (condição subjetiva).

Apesar desta condição objetiva, a pele negra, ter sido usada pela camada dominante para destinar aos afrodescendentes o lugar social de objetos, eles conseguiram arquitetar formas de burlar os sacrifícios temporais e espirituais aos quais estavam sendo submetidos. Para tanto, criaram táticas para driblar as estratégias de manipulação criadas pelas elites eclesiásticas, temporais e senhoriais.

Buscando elucidar como este processo tático foi vivenciado pelos irmãos, utilizaremos como suporte teórico Michel de Certeau, pois por meio de seu conceito da existência de estratégias e táticas na construção da dinâmica social, buscaremos perceber como as identidades dos afrodescendentes foram sendo construídas por meio de jogos de poder e astúcias cotidianas.

Na perspectiva de Certeau, as estratégias são ações desenvolvidas pelos detentores do poder – no nosso caso, especificamente: o Estado, a Igreja e os Senhores – que controlam e conferem a “camada subalterna” um conjunto de signos, símbolos e ideologias que devem determinar sua produção cultural. Já às táticas, são percebidas como pequenas ações da camada oprimida, no sentido de desviar as estratégias, buscando escapar as manipulações do poder.

Um uso (“popular”) da religião modifica-lhe o funcionamento. Uma maneira de falar essa linguagem recebida a transformar em canto de resistência, sem que essa metamorfose interna comprometa a sinceridade com o qual pode ser acreditada, nem a lucidez com a qual, aliás, se vêm as lutas e as desigualdades que se ocultam sob a ordem estabelecida. (CEARTEAU, 1994, p.78-79).

Por meio deste conceito, perceberemos as irmandades religiosas como espaços que agregaram, ao mesmo tempo, estratégias e táticas, que permitiram aos irmãos romper, momentaneamente, com a ordem social vigente, e assim, reconstruir suas práticas culturais.

Também, entenderemos como: “mantiveram seus interesses próprios e suas próprias regras, adotando procedimentos que jogaram com os mecanismos da Igreja Católica e não se conformaram a não ser para alterá-los”. (Ibidem, p.40-41).



Uma vez que, as identidades são formadas por valores compartilhados por um dado grupo, onde, por meio das relações sócias, formam-se um conjunto de significados, tradições e signos, utilizaremos, também, como aporte teórico, Carlos Ginzburg, haja vista que, por intermédio de seu conceito de circularidade cultural, conseguiremos compreender como elementos da cultura popular interagem e passam a compor a cultura hegemônica e vice-versa, numa espécie de troca contínua.

Sendo assim, a identidade dos irmãos, não foi composta, unicamente, por elementos da cultura popular, mas, também, esteve perpassada por elementos da cultura oficial, apropriados e ressignificados para dá sentido a nova realidade social.

## **2 – Ser Negro na Sociedade Campinense do Século XIX: Algumas Considerações.**

Pensar o lugar social ocupado pelos negros – livres ou libertos – ao longo do século XIX, em Campina Grande, nos possibilitará reconstruir discursivamente a complexa teia que permeou suas relações cotidianas com a camada dominante, tanto no âmbito privado como no âmbito público.

Houve, na Freguesia de Campina Grande, uma intrínseca inquietação dos setores elitistas locais, com aquilo que Luciano Mendonça de Lima<sup>1</sup>, intitulou de “elemento servil”, haja vista, as estratégias de resistências individuais e coletivas que foram sendo empreendidas em prol da aquisição de sua liberdade de locomoção e de expressão.

Este árduo caminho empreendido pela camada negra em prol de sua liberdade, começou, juntamente, com o processo de ocupação territorial de Campina Grande, quando um grupo de sertanistas vindos do Norte da Bahia se empenhou em desbravar o interior da Paraíba do Norte e, então, se fixar.

De início, assim como no resto do país, o primeiro grupo a ser escravizado foi o indígena, aqui, especificamente, aqueles do bando tapuia.

A penetração sertaneja na Paraíba do Norte participa do mesmo caráter pastoril religioso, que lhe vimos na Província do Ceará e na do Rio Grande do Norte e dependeu da mesma artéria, dos mesmos fazendeiros, premidos com vastas sesmarias, sob os tapuias da confederação do Açú (...).

Porém, os silvícolas não se adaptaram as adversidades advindas com o processo de civilização. Primeiramente, porque, não estavam habituados ao trabalho

compulsório, haja vista que, se preocupavam, apenas, em suprir suas necessidades momentâneas, sem o interesse na acumulação de bens. Segundo, porque, o contato com os colonos provocou novas formas de epidemias, das quais, não haviam desenvolvido a imunidade suficiente para a cura.

Em face deste fracasso, a mão- de- obra indígena, foi sendo substituída pela africana, visando à manutenção das atividades socioeconômicas locais. A sua chegada em Campina Grande, ocorreu por meio de navios negreiros que foram desembarcados no porto de Recife e, posteriormente, redistribuídos em diferentes localidades de Pernambuco e Paraíba.

Apesar de submetidos ao cativeiro, por meio do emprego de subterfúgios táticos, a parcela negra da sociedade, conseguia recriar, não somente suas praticas religiosas propriamente nativas, mas, também, montar um arsenal de astucias que visavam combater a estrutura vigente, fomentando uma relação perpassada por momentos de continuidades e rupturas.

A tática só tem por lugar o do outro. Ela ai se insinua fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo a distancia, ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstancias (...). Ao contrário, em face de seu não- lugar, a tática depende do tempo, vigiando para captar no vôo oportunidades de ganho. O que ela ganha não o guarda. Tem constatemente que jogar com os acontecimentos para transformá-los em ocasiões. (CERTEAU, 1994, p.46/47).

Com esta fala de Certeau, podemos pensar as táticas como mecanismos não “engessados” de atuação burlatória do poder, onde, nas mutáveis situações do cotidiano, a camada oprimida, consegue planejar circunstancias que a permitem alcançar seus objetivos.

De diversas maneiras, eles contribuíram pra construir – e desconstruir – a historia do município. Alguns, após anos de exaustivo trabalho, usaram de muita paciência e astúcia para conseguir a tão sonhada carta de alforria. Outros, apoiados numa extensa rede de solidariedade, foram as barras dos tribunais litigar a liberdade com seus senhores. Os mais “afoitos” fugiram, cometeram pequenos furtos e até atentaram contra a vida de seus senhores. A maioria buscou estabelecer cotidianamente, muitas vezes no fio da navalha, espaços de autonomia econômica, social e cultural no horizonte do próprio sistema escravista. (LIMA, 2003, p. 48).

Por intermédio destas táticas, os negros campinenses, puderam ser protagonistas na construção da dinâmica social, uma vez que, interferiram, astuciosamente, nos planos arquitetados pelo poder para domina-lós. Uma das formas que encontraram para frear as

intervenções do poder estatal e eclesiástico pode ser vista no 2º capítulo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário:

**2º Capítulo** - Serão admitidas para irmãos as pessoas brancas e as pardas ainda que estas captivas sejam; não sendo porém humas, e outras em tempo algum incluídas nas eleições para cargos da Irmandade salvo hum dos cargos de escrivão, que para o exercer será pessoa branca de bons costumes e de reconhecida inteligência, a qual terá sob sua responsabilidade toda a escripturação, e será consultada sobre todos os negócios da Irmandade(...) se assim convier a meza, e não terá preferência ao escrivão preto.

Como podemos observar, aos irmãos brancos, eram impostas barreias que visavam limitar o seu poder de atuação na administração dos negócios da Irmandade. Ao imporem estas limitações, os irmãos pretos, se afirmavam como donos do espaço de devoção e, portanto, determinadores do lugar social que a classe opressora deveria ocupar. Neste momento se eximiam, ao menos em parte, das arbitrariedades do cativo e de um mundo repleto por preceitos escravocratas, onde, o ter nascido negro significava ser subjugado ao poderio e tutela de terceiros.

Neste mesmo trecho, nota-se, a preocupação dos irmãos negros com a não preferência quanto aos indivíduos brancos que ali estavam associados. Isso revela que aquele espaço de devoção deveria ser inseto de preferências de qualquer espécie que seja, principalmente, aquelas relacionadas à cor da pele. Com isso, estavam assumindo, mesmo que momentaneamente, uma nova identidade que não era mais aquela que lhes foi auferida pela camada dominante. Naquele momento em que estavam reunidos com outros irmãos, os negros, deixavam de está a margem da sociedade.

Ser negro, numa sociedade perpassada por valores de cunho escravista, significava conviver, diariamente, com praticas que buscavam controlar e anular os elementos provenientes da cultura africana. Assim, a possibilidade de aglomerar-se num mesmo espaço, com indivíduos que lhe eram semelhantes, tornou-se uma boa alternativa para driblar as aflições cotidianas.

Daí, a importância da existência das Irmandades Religiosas para a proteção dos negros campinenses. Nelas, a começar, a cor não era um elemento de exclusão, assim como no resto da sociedade, pelo contrario, tornava-se o determinante para o alcance de benefícios. Podemos notar este fato, no 1º e 6º capítulos do compromisso da Irmandade do Rosário:

**1º Capítulo** - Serão admitidas para irmãos n'esta Irmandade todas as pessoas livres, libertas e escravas de côr preta de qualquer nação que seja, uma vez que professem a Religião Cathólica Apostólica Romana, e se achem habituados para receber a sagrada comunhão.

**6º Capítulo** – Quando morrer algum irmão, ou irmã, e a morte lhe for anunciada por sinais de sino, ou campainha, se reunirão nesta santa caza os irmãos para que saia a irmandade em ordem acompanhando a cruz com suas vestes brancas, e velas, a qual se dirigirá com toda a decência, e sentimento a caza onde estiver o cadáver do irmão, ou irmã, e o acompanhará até a igreja[...].

Como vemos, nas Irmandades, os negros, puderam associaram-se num mesmo local com outros indivíduos que, também, compartilhavam de seus sofrimentos. Onde, através da ajuda mutua, conseguiram estabelecer algumas “brechas” no enfadonho cotidiano que a camada dominante lhes estabeleceu.

Uma vez que as identidades são constituídas a partir das relações sociais que são desenvolvidas num dado espaço, não podemos cometer o equivoco de pensar que todos os africanos possuíam uma mesma visão de mundo, uma vez que, haviam partindo de realidades tribais distintas. Neste sentido, faz-se necessario saber que, á maioria dos escravos campinenses era de origem banto.

Conforme Quintão (2002): “A penetração do catolicismo foi mais eficaz no caso banto, ligado ao culto de ancestrais e mortos, facilmente rompido com a perda de linhagem”. (QUINTÃO, 2002, p.41).

Sem a existência de uma aproximação, ao menos, simplória, entre a forma que a Igreja Católica e os africanos concebiam o sagrado, não teria sido possível a interpenetração do catolicismo na vivencia religiosa dos negros. Uma vez que:

(...) Embora os sistemas religiosos africanos e europeus fossem diferentes, possuíam zonas de aproximação. Ambos, (...) concebiam o cosmos como algo separado e dividido em dois mundos interconectados: este mundo, o material, que pode ser percebido pelos sentidos, e o outro mundo, o sobrenatural, invisível e que só pode ser percebido pela interferência de pessoas especiais ou de entidades. (...) O outro mundo, era mais do que a casa dos espíritos, pois era superior e governava os acontecimentos na esfera material. Tanto para africanos quanto para europeus, a forma de conceber o outro mundo dava-se por intermédio das revelações, acreditando-se que havia algumas pessoas especiais que podiam receber imagens ou mensagens dele. (XAVIER, 2008, p. 119).

Neste sentido, podemos pensar as Irmandades Religiosas, como espaços que possibilitaram aos irmãos o alcance desta intermediação do mundo espiritual no mundo temporal. Por meio do culto ao seu santo de devoção, os negros, acreditavam estar se

aproximando de seus ancestrais e, conseqüentemente, se protegendo dos males cotidianos, tais como: as doenças, as misérias e a morte.

É interessante refletirmos os aspectos de similaridade entre a concepção dos bantos em relação à espiritualidade e os princípios do catolicismo, uma vez que por meio desta querela foram se constituindo as identidades dos negros campinenses. Pensar as zonas de aproximação entre essas culturas e a forma como se mesclaram no processo de “civilização” da camada negra, não significa pensa-las como idênticas, pois, ambas, poderiam interpretar os mesmos símbolos, crenças ou cerimônias religiosas de formas diferenciadas.

Os bantos relegavam extrema importância para o papel dos ancestrais na concepção e manutenção da vida, para eles, nenhuma criatura poderia ser concebida sem a sua previa vontade. Esta mesma crença, apenas, ganhava uma nomenclatura distinta para os cristãos. Segundo o dogma católico, ao invés dos ancestrais, quem determinava a geração de uma nova vida era um único ser, poderoso e onipotente, denominado Deus.

Podemos notar que ambas as crenças partem da mesma matriz de sentidos. Nelas, o mundo espiritual é o grande condutor das ações desenvolvidas no mundo temporal. Neste sentido:

(...) a filosofia banto, tal como o catolicismo, condena o suicídio e todo o ato de violência contra a vida humana, desde o primeiro momento da concepção. Preservar a vida nas circunstâncias mais extremas significava, antes de tudo, preservar o patrimônio da vida recebida pelos ancestrais. (QUINTÃO, 2002, p42).

Mas como preservar a vida numa sociedade perpassada por valores escravocratas? Á começar, a Igreja Católica, procurava justificar, por todos os meios possíveis, a escravidão negra. Para tanto, utilizava-se de um discurso baseado numa visão providencial de mundo, onde, segundo a qual, todos os seres vivos já nasceram com um lugar pré-estabelecido pela vontade divina. Assim, a situação de subordinação de alguns grupos sociais em relação a outros, era fruto da vontade divina e não da ganância humana.

Então, conforme esta visão providencial de mundo, os senhores já nasciam destinados a serem senhores, da mesma forma, os escravos já nasciam para serem escravos. Conforme Boschi (1986): “a igreja limitava-se a recomendar benevolência

para o senhor e resignação para o escravo; o pecado do senhor era a crueldade, o pecado do escravo era a revolta – uma teologia com óbvias implicações conservadoras”. (BOSCHI, 1986, p.64).

Como vemos, desde o nascimento até a morte, a camada negra, estava sendo submetida a um discurso de interiorização em relação aos brancos.

A presença do homem branco junto ao negro era niveladora ( no sentido que nivelava a diversidade das nações africanas existentes no Brasil) e hierarquizadora ( no sentido que introduzia a ética do privilegio e conseguia desta forma atrair os pretos para o sistema) . No papel de benfeitor, protetor ou representante jurídico, a função do branco junto ao preto sempre foi a mesma, nas confrarias , nos compadrios, nos apadrinhamentos de batismo ou casamento: a de atrair o homem preto para o mundo do branco. Desta forma fica bem claro que as irmandades provocam em parte a progressiva interação dos africanos na sociedade colonial. (Ibidem, p.69).

Uma das formas de atrair os africanos para a cultura europeia, foi permiti-lhes a associação com “seus iguais” em espaços de religiosidade leiga. Para a igreja católica, as Irmandades Religiosas, serviam tanto para promover a fé cristã como para controlar as formas de culto. Já para os irmãos que lá congregavam, era a oportunidade de conseguir melhores condições de vivencia material e espiritual e, também, de resignificar as praticas europeias ao molde da cultura africana.

A Igreja, no seu esforço para integrar o africano revem-chegado numa sociedade católica e branca, atraiu-o para as irmandades mais capazes de interessa-lo(...) Esse contacto religioso serviu para estabelecer certa coesão entre brancos e pretos, ligando-os através das mesmas crenças, ainda quando fossem, em muitos casos , forçadas e superficiais.( SCARANO,1978, P. 41).

Ao reelaborarem os valores da doutrina católica, os irmãos, procuraram estabelecer uma rede de sentidos para explicar a nova realidade que se fazia sentir cotidianamente. Neste percurso, as suas identidades, ganhavam novos contornos que não eram nem africanos e nem cristãos, mas, sim, faziam parte de pequenos fragmentos interpretativos de ambas as culturas. Desta forma:

(...) Os africanos poderiam muitas vezes levar, para celebração católica, elementos de sua própria cultura (...). Se, por um lado, os símbolos usados pela igreja tinham um grande apelo, tais como velas (fogo), batismo ( água), o uso do templo (como local de iniciação) ou até mesmo a utilização de hinos( musica), eles podiam, por outro lado, exercer múltiplas funções. Na análise dos rituais Africanos, Craemer, Vasina e Fox (1976) ensinaram que a prece, a invocação e o transe eram formas de estabelecer comunicação com “o mundo invisível”...) a musica era tida como curativa(...) (XAVIER, 2008, p.121).

A oportunidade de cultuar um santo, cuja cor lhes era semelhante, fazia das Irmandades de Negros um espaço de identificação e aproximação entre a divindade e os irmãos. Para a cultura africana, os ancestrais, ocupavam o lugar de intercessores entre o mundo dos espíritos e o mundo temporal, agindo, diretamente, nos acontecimentos: na vida, na morte, nas dificuldades diárias etc. Para os irmãos negros: “(...) a existência de virgens negras e de santos negros podia fazê-los pensar que esses tivessem sido ancestrais de suas raças, não apenas ligados ao circuito familiar, mas, também a esfera nacional”. (QUINTÃO, 2002, P.43).

Neste sentido, vistos como seus “parentes distantes”, os santos negros, iriam se compadecer do sofrimento e das angustias advindas do cativo e do mundo escravocrata, intervindo a favor da proteção “dos seus”, tanto em vida como em morte. Com isso, podemos perceber que a religiosidade no Brasil adaptou elementos da cultura europeia á praticas pagãs, assumindo, conseqüentemente, um caráter mestiço.

[...] morfinizar o imaginário cristão neste país, ou pelo menos a de iniciar o processo de tornar o imaginário menos estrangeiro ou importado. As imagens brancas( de ‘olhos azuis’)que nos vieram da Europa foram se tornando morenas com o tempo, pintadas por mãos morenas e beijadas por lábios grossos.( HOORNAERT, 1990, p. 96).

Segundo Ginzburg, a cultura popular se produz através de uma eterna circularidade com a cultura oficial, onde, perpassando-a, reelabora os seus signos construir, buscando estabelecer novas interpretações que deem sentido à realidade.

Pensando nas Irmandades como espaços que possibilitaram a recriação de novas identidades, é interessante atentarmos, também, para as disputas internas que se desenrolavam entre os próprios irmãos para o alcance de cargos de poder, uma vez que, possibilitavam a ascensão social. Podemos vislumbrar este fato no 6º capítulo do compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosario.

**Capítulo 6º** - [...] morrendo algum no anno em que estiver servindo de mezario, será enterrado com toda a pompa possível,e todos os irmãos, e irmãs lhe rezarão por sua alma hum rozario: esta caridade de suffragio deverá também ser extensiva a todos os irmãos falecidos.

Ser mezário consentia certos privilégios exclusivos em relação aos demais cargos, isto demonstra que, apesar do seu caráter de ajuda mutua, as Irmandades Religiosas eram espaços de geravam conflitos individuais.

## **2. Entre dois poderes: A luta entre Estado e Igreja Católica pelo Domínio da Religiosidade.**

Ao longo do século XIX, principalmente, no que tange a segunda metade, o Brasil, passou por um intenso processo de mudanças no campo, não só político, mas, também, ideológico, ambos, oriundos da transição do sistema monárquico para o sistema Republicano de governo.

Para Isso, coube ao Estado à tarefa de gerir os assuntos religiosos que, outrora, eram de posse, dos clérigos brasileiros. A ideologia religiosa que, anteriormente, servia ao processo de colonização da America Portuguesa não se adequava aos novos ideais republicanos de liberalismo, pois com o termino do processo de catequese dos índios e negros não se via funcionalidade para os religiosos brasileiros. Cada vez mais, o poder da Igreja estava sendo moderado pelo Estado que ficava incumbido de reger sua ação, atentando para a sua inclusão no novo projeto político almejado.

Não só durante o período Republicano, o Estado, procurou meios de burlar o poder de atuação de seus religiosos, mas, também, no decorrer da fase imperial e, principalmente, colonial, através do regime de padroado que foi concedido pela Santa Sé. Onde, sob as “bênçãos” da Igreja Romana, à coroa portuguesa possuía a licença de coordenar o rumo tomado pela Igreja Católica no Brasil, comprometendo-se, então, a primar pela “manutenção da fé”. Segundo Scarano:

O poder civil queixava-se da interferência de vigários e bispos, em coisas que considerava da alçada temporal. O fato de os bispos poderem administrar justiça, mandando colocar a ferros os que consideravam merecedores de tal castigo, também suscitava questões. Os eclesiásticos, por seu lado, reclamavam muitas vezes contra a interferência civil em seus assuntos. (SCARAMO, 1978, p.16)

Neste impasse entre o poder temporal e o poder eclesiástico, a igreja Católica, buscou reivindicar maior autonomia jurídica frente ao Estado. Inicialmente, a intenção dos reformadores não era uma ruptura definitiva com a conjectura dirigente, mas segundo Azzi (1992): “embora algumas vezes se tenha chegado até a criar tensão nas relações entre Igreja e Estado, não era essa a intenção dos prelados: afirmavam, sim, a distinção dos poderes, mas sem negar a importância da colaboração entre eles” (AZZI, 1992, p.35).



Apesar disto, tal conflito de interesses, acabou por culminar na separação administrada entre os dois poderes, num evento que ficou conhecido como “Questão Religiosa”<sup>1</sup>. O país acabou sendo fragmentado em dois grupos, onde, de um lado se posicionavam àqueles favoráveis a medida de romanização da Igreja, e do outro, os que apoiavam o Estado.

Baseados no discurso ultramontado de romanização da Igreja Católica brasileira, os clérigos reformadores, buscaram adequar as práticas do catolicismo nativo aos moldes daquele vivenciado pela Santa Sé. Até então, o catolicismo concebido cotidianamente pelo povo, estava recoberto por práticas leigas de culto, caracterizadas pelo desconhecimento dos fundamentos doutrinários da fé católica.

O processo de cristianização no Brasil se realizou de maneira muito peculiar. Se o país oficial proclamava-se católico, o país real, quase sempre, movia-se a margem das práticas e dos dogmas da igreja. Veneravam-se os santos e Nossa Senhora de maneira muito familiar e informal, como paganismo antigo mantinha deuses tutelares do lar. Recorria-se a eles em uma variedade de situações bem distantes do espírito cristão como a realização de um bom negócio ou a obtenção de um marido. Relíquias e até a hóstia sagrada convertiam em amuletos. Para uma população que carecia de outros, as cerimônias religiosas funcionavam principalmente como espaços de sociabilidade, aproveitados para trocar informações e namorar. (NEVES; MACHADO, 1999, p. 206-207).

Esta medida de romanização das práticas católicas, não foi vista com bons olhos pelo Estado, haja vista que, muitos de seus membros, integravam maçonarias e, por este motivo, não eram favoráveis a este processo. Por intermédio do documento redigido em 1890 por D. Macedo Costa, arcebispo da Bahia, esta prática maçônica, e todas as outras que fugissem a doutrina romana, deviam ser rigorosamente combatidas. Sendo assim, a Igreja, não estava se conformando em ser utilizada como mera “funcionária estatal” a serviço das ambições do Estado, almejava sua autonomia administrativa.

A posição dos prelados foi sempre ambígua e suas medidas desgostavam muitas vezes o poder régio. Em poucas ocasiões houve concordância entre uns e outros e quase sempre o governo reclamava, dizendo que os direitos de soberania estavam acima de qualquer atribuição. (SCARANO, 1978, p.12).

Mesmo impondo regras normativas para a vivência religiosa em seus domínios, os clérigos reformadores, não conseguiram impedir o surgimento de práticas que fugiam as propagadas pela igreja romana, principalmente, entre os grupos menos abastados da sociedade: negros, forros, livres e pardos.

A aproximação com os santos católicos e, posteriormente, o surgimento de espaços “alternativos” de religiosidade leiga, conhecidos como irmandades, proporcionavam, além de outras coisas, o consolo das aflições cotidianas. Desta maneira:

(...) Ao se tornarem confrades, mantendo associação própria aceita pela ordem, em alguns momentos os negros se colocavam fora do alcance senhorial, uma vez que suas obrigações de compromisso (comparecimento em enterros, presença nas missas dominicais e nas festas devocionais) não podiam ser obstruídas pelos donos, sob pena de admoestação eclesiástica (...). (EUGENIO, 2007, p.117).

Tais espaços, apesar de terem cedido lugar para a condução de interesses propriamente libertários, haja vista que neles os negros e pardos tiveram a oportunidade de vivenciar certo grau de “liberdade” espiritual e material, não fugiram ao controle e vigilância do Estado.

Ou seja, foi travada uma espécie de luta silenciosa que opôs de um lado o interesse do Estado e da Igreja católica em controlar e domesticar a camada africana, convertendo-a ao cristianismo e, do outro, o interesse dos negros em conseguir libertasse espiritualmente, culturalmente e fisicamente da tirania de seus senhores.

Entretanto, este embate não se fez por vias sangrentas, pelo contrario, o que houve foi uma aparente obediência e submissão da camada escrava as regras impostas pelo sistema escravocrata, mas que, no cotidiano, serviu de tática para driblar as aversões e (re) construir o universo de praticas que constituía sua cultura de origem, gerando a formação de uma identidade que nem era a africana e nem a brasileira.

Podemos dizer, então, que o objetivo arquitetado para a religião católica, seria o de propiciar na camada excludente da sociedade, por exemplo, nos negros, o sentimento de conformidade social ante aos abusos advindos do sistema escravocrata. Assim, Revestidos pelo discurso da “salvação eterna”, ou seja, da ideia da recompensa espiritual pelos males terrenos, os clérigos, buscavam reprimir as lutas dos escravos em prol de liberdade.

Logo, as irmandades religiosas serviam para congregar indivíduos com interesses comuns entre si, que se uniam em prol da defesa de suas condições de existência tanto espirituais quanto materiais, assim, o profano e o sagrado se mesclavam de tal forma que um estava imbuído pelas influencias do outro.

Buscando controlar a religiosidade dos africanos trazidos para as Américas, a camada dirigente, se empenhou em desenvolver uma série de mecanismos estratégicos que visavam impedir qualquer espécie de revolta ou insubmissão. Na perspectiva de Cearteau, as estratégias são ações desenvolvidas pelos detentores do poder – no nosso caso, especificamente: o Estado, a Igreja e os Senhores – que controlam e conferem a “camada subalterna” um conjunto de signos, símbolos e ideologias que devem determinar sua produção cultural. Assim: “(...) postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com a exterioridade distinta”. (CERTEAU, 1994, p. 46).

Uma das estratégias utilizadas pelo Estado para controlar a religiosidade da camada negra, foi submeter às suas Irmandades Religiosas ao processo de legalização. Por meio dos compromissos, as autoridades, podiam conhecer as regras e praticas que iriam fazer parte do cotidiano dos irmãos. Podemos vê esta aprovação estatal no compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosario:

Frederico Carneiro de Campos, presidente da Província da Parayba do Norte ,faço saber a todos os seos habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte. Artigo 1º Fica aprovado o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Campina Grande (...).

Como percebemos, o olhar atento do Estado, nunca esteve obstante ao que se passava no interior das Irmandades Religiosas, no sentido de impedir qualquer tipo de ajuntamento de classe que pudesse ocasionar a circulação de ideias e cultos não interessantes ao processo de civilização pretendido. Uma das formas para controlar a camada negra, aqui, especificamente a escrava, é expressa no 8º capítulo da mencionada Irmandade:

**Capítulo 8º** (...) Todos os irmãos, e irmãs assim pretos ou pardos, que por sua devoção quizerem servir de juizes, ou juizas, reis, ou rainhas serão admitidas nas eleições; advertindo que sendo captivos será a feita como consentimento de seus senhores(...) pagarão metade das quantias designados para qualquer dos referidos cargos as pessoas captivas, que para os exercer se offerecerem(...).

Neste trecho, percebemos, ao mesmo tempo, a existência de estratégias e táticas, que permitiram aos irmãos romper, momentaneamente, com a ordem social vigente. Se por um lado havia a estratégia de não permitir ao cativo concorrer a um cargo de poder sem autorização de seu senhor ,por outro, havia, a tática dos irmãos, de oferta-lhes alguns privilégios exclusivos.

Outra tática, utilizada pelos irmãos desta irmandade, foi ter subjugado às decisões do escrivão a conveniência da mesa. Com isso, caso o escrivão fosse de cor branca, suas decisões seriam postas a aprovação dos irmãos de cor. Isso nos revela, a preocupação das Irmandades Religiosas de negros, em estabelecer medidas protetivas que impusessem barreiras ao poderio e a vigilância dos brancos, especialmente, aqueles membros da elite eclesiástica e estatal.

### **3. Considerações Finais**

Apesar de estarem sujeitos ao poderio do Estado, da Igreja Católica e, ainda, de seus senhores, os irmãos conseguiram arquitetar mecanismos de defesa mutua, onde, por intermédio da força coletiva, conseguiam pequenas brechas cotidianas que usam, não só na luta pela liberdade, mas, também, na reconstrução de antigas praticas oriundas da cultura africana.

Numa sociedade perpassada por valores escravocratas, está inserido numa Irmandade Religiosa, significava, para os irmãos negros, a possibilidade de arquitetar formas de estabelecer meios para amenizar as diversidades cotidianas, tanto do ponto de vista material como espiritual. Agregado a isto, ser irmão denotava ter a chance de ascender socialmente, onde, por meios de cargos de poder, assumiam uma nova identidade no contexto social.

## ABSTRACT

When the Europeans were abducted and subsequently brought in slave ships bearing the Americas, Africans were not only denied their physical freedom, but also their cultural practices under the pretext of the need for discursive civilize them. In this arbitrary power play, the State and the Catholic Church strove to impose forms of manipulation, one of the most effective and used, was converting them to Catholicism, once believed able to dissolve the practices of African origin. Submerged in this society and punishing parent, Afro descendants constituted their identities, where recreated symbols, signs and practices that were from the dominant culture, giving them new meanings. Therefore, this paper aims to discuss how the identities of African descent were being (re) constructed within the religious brotherhoods of the Parish of Campina Grande during the nineteenth century. Our methodological approach is structured on the basis of Cultural History, since it allowed us to understand how the brothers got hold of new values and, from then recreated their old cultural practices, providing new cosmos worldviews that sought to give meaning to reality social. As to the results arrived at the study, it was found that the coexistence of tactics and strategies, contributed to the formation of a new culture among African descent and thus a new identity, which was "neither white nor black" because it was filled by elements that have taken a new look distinct from their native culture.

Key Words: Religious Brotherhoods. Identities. Catholicism. Dominant layers.

**Fonte Documental:**

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Campina Grande – 1846. Arquivo Nacional. Cx310. Ano 1846.

**Referencias Bibliográficas:**

BOSCHI, Caio Cesar. Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Polita Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo. Ed. Atica. 1986.

BEOZZO, José Oscar: História da Igreja no Brasil: Segunda Época – Seculo XIX – Tomo II. Petropolis. Ed. Vozes. 1992.

CERTEAU, Michel de. “as Culturas populares”. In: A Invenção do Cotidiano I; Artes de Fazer. Petropolis. Ed. Vozes 1994.

CHATIER, Roger. A historia cultural. Entre Praticas e Representações. Lisboa, Difel/ Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 1990.

EUGENIO, Alisson. Fragmentos de Liberdade: As Festas das Irmandades dos Escravos em Minas Gerais na Época da Colônia. Ouro Preto. Fundação de Arte de Ouro Preto.

HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der et Al. Historia da Igreja no Brasil( Primeira Época, tomo II, Vol. I). Rio de Janeiro. Ed. Vozes. 1992.

LIMA, Luciano Mendonça de. Derreamento de Sustos: Os Escravos e o Quebra- Quilos em Campina Grande. Campina Grande. EDUFCEG. 2006.

NEVES, Lucia Maria Bastos & MACHADO, Humberto Fernandes; O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. Lá Vem o Meu Parente: As Irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo. Ed. Annablume: Fapesp. 2002.

QUINTÃO, Antonia Aparecida Quintão. Irmandades Negras: Outro Espaço de Luta e resistência. São Paulo. Annablume: Fapesp.2002.

SCARANO, Julita. Devoção e Escravidão. 2. Ed. São Paulo: Ed. Nacional. 1978.

XAVIER, Regina Célia Lima. Religiosidade e Escravidão, século XIX: Mestre Tito. Ouro Preto: fundação de Ouro Preto – 2007.